

RECEBIDO

08 | 06 | 2026

João Heliano Gomes de Araújo

OUVIU NA CÂMARA

AS 09:07 HORAS

MENSAGEM Nº 08/2026

Aracoiaba, 08 de junho de 2026.

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores,**

Tenho a honra de submeter à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre o parcelamento e o reparcelamento de débitos do Município de Aracoiaba com seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

A proposição fundamenta-se na Emenda Constitucional nº 136/2025, que autorizou os entes federativos a instituírem um regime especial de regularização de débitos previdenciários. O objetivo central é assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do nosso RPPS, aproveitando a oportunidade legal para formalizar acordos de pagamento em condições favoráveis, conforme estabelecido pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

A regularização desses débitos é indispensável para a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), requisito essencial para que o Município possa receber transferências voluntárias da União, celebrar convênios e obter financiamentos. Portanto, a aprovação desta matéria é um ato de responsabilidade fiscal e uma medida estratégica para proteger a capacidade de investimento em políticas públicas para nossa população.

Este projeto visa, acima de tudo, fortalecer a sustentabilidade do RPPS, garantir segurança aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, e preservar o equilíbrio das contas públicas.

Diante da relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Vereadores para sua célere apreciação e aprovação.

Atenciosamente,

**Wellington Silva de Oliveira** Prefeito de Aracoiaba — Ceará

WELLINGTON SILVA DE OLIVEIRA:9409038634  
Assinado de forma digital por WELLINGTON SILVA DE OLIVEIRA:94090386349  
Dados: 2026.06.08 08:42:45 -03'00'

## PROJETO DE LEI Nº 08/2026

**Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do Município de Aracoiaba - Ceará com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, de que tratam os arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.**

O Prefeito de Aracoiaba - Ceará, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de Aracoiaba - Ceará aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de Aracoiaba - Ceará, incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, em até trezentas prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

§ 1º As contratações a que se refere o caput poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive de contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, relativos às competências até agosto de 2025.

§ 2º Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026 e estão condicionados:

I - à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e

II - às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e à instituição e vigência do Regime de Previdência Complementar dos servidores filiados ao RPPS, nos termos do disposto no art. 115, caput, incisos I a IV, do ADCT.

**Art. 2º** Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescidos de juros SIMPLES de 1,0% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento. Parágrafo único. Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no caput aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcelamento.

**Art. 3º** As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros SIMPLES de 1,0% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

**Art. 4º** As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros SIMPLES de 1,0% (um por cento) ao mês e multa de 2,0% (dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.

**Art. 5º** O pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e de reparcelamento previstos nesta Lei será realizado por meio de retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, na forma prevista no art. 117 do ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.

§ 1º A retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato de formalização desses termos, e vigorará até a quitação das prestações nestes acordadas.

§ 2º Caso a vinculação do FPM para pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e reparcelamento, embora já autorizada, ainda esteja pendente de implementação, ou não seja suficiente para quitação das parcelas, ou não ocorra por qualquer outro motivo, o Município é responsável pelo seu pagamento integral ou de seu complemento, na data de vencimento de cada parcela prevista nos acordos, inclusive dos respectivos acréscimos legais.

**Art. 6º** O vencimento da primeira prestação das contratações de que trata esta Lei será no dia dez do segundo mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento, e o das demais prestações vincendas, no dia dez dos meses seguintes.

**Art. 7º** Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos em caso de não comprovação, até o dia 10 de dezembro de 2026, à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 115 do ADCT. Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput implica a impossibilidade de renegociação das respectivas dívidas até ulterior cumprimento das condições a que ele se refere.

**Art. 8º** Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos no caso de inadimplência no pagamento das prestações devidas por 3 (três) meses consecutivos ou por seis meses alternados ou de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária.

**Parágrafo único.** Na hipótese de inadimplência de que trata o caput, ficam mantidos a obrigatoriedade de adimplemento das prestações em atraso e o vencimento das parcelas vincendas, sem prejuízo de sanções e penalidades a que estejam sujeitos os responsáveis.

**Art. 9º** O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARACOIABA - IPMA deverá rescindir os parcelamentos de que trata esta lei:

I - em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º;

II - caso não seja possível a comprovação das condições a que se refere o art. 7º, caput, pelo Município, até 30 de junho de 2027;

III - se o Município, após ter comprovado as condições a que se refere o art. 7º, caput, vier a descumpri-las, inclusive por meio de alteração da legislação de seu RPPS.

**Art. 10.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Aracoiaba - Ceará, 08 de junho de 2026.

**Wellington Silva de Oliveira** Prefeito de Aracoiaba — Ceará

Assinado de forma digital por  
WELLINGTON SILVA DE  
OLIVEIRA:94090386349  
Dados: 2026.06.08 08:43:17  
-03'00'